



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

24º EXAME

DE

SELEÇÃO

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

- 2011 -

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Diante da forma de Estado adotada pela Constituição de 1988, é incorreto afirmar que:

- (a) A Federação é constituída pela União indissolúvel dos Estados e dos Municípios e do Distrito Federal;
- (b) O Estado Brasileiro adota um modelo de federalismo tripartite;
- (c) Os Estados membros gozam simultaneamente de autonomia organizacional, administrativa, legislativa e financeiro-tributária;
- (d) É admitido o direito de secessão;
- (e) Os Estados membros não gozam de soberania.

2. Acerca da forma e do sistema de governo adotados pela Constituição de 1988, assinale a opção falsa:

- (a) A República Federativa do Brasil consagra a soberania popular, sendo certo que todo o poder emana do povo, que o exerce através de representantes eleitos ou diretamente;
- (b) O Presidente da República não se encontra sujeito ao instituto do "voto de desconfiança" do parlamento;
- (c) A Presidência da República exerce simultaneamente as funções de Chefe de Estado e de Chefe de Governo;
- (d) A Presidência da República chefia simultaneamente o Poder Executivo e o Poder Moderador, razão pela qual possui competência para vetar projetos de Lei;
- (e) Uma das características do presidencialismo é, apesar da existência de freios e contrapesos, uma separação mais rígida entre os Poderes quando em comparação com o sistema parlamentarista.

3. Sobre os direitos fundamentais, é incorreto afirmar que:

- (a) Quando nos referimos a direitos fundamentais "de primeira geração", de acordo com a doutrina, estamos mencionando os denominados direitos individuais;
- (b) São exemplos de direitos individuais os direitos à integridade física, à vida, à liberdade de expressão, e à propriedade;
- (c) Mesmo dotados de jusfundamentalidade, os direitos fundamentais não são ilimitados, podendo haver a restrição dos mesmos em casos concretos através do instrumento da ponderação;
- (d) Uma das grandes distinções entre os direitos individuais e os direitos sociais é que os primeiros, segundo a maior parte dos autores contemporâneos de direito constitucional, ao contrário dos últimos, não implicam gastos orçamentários;
- (e) Para os defensores de uma posição filosófica não positivista, os direitos fundamentais independem de previsão constitucional, sendo mesmo prévios ao próprio estabelecimento do ordenamento posto.

4. Assinale a alternativa incorreta acerca do tema do controle de constitucionalidade:

- (a) O sistema pátrio adota tanto mecanismos de controle de constitucionalidade prévio quanto *a posteriori*;
- (b) O sistema pátrio adota tanto mecanismos de controle de constitucionalidade políticos quanto judiciais;
- (c) A adoção de uma Constituição rígida é pressuposto para a existência de um sistema de controle de constitucionalidade;
- (d) Somente as denominadas cláusulas pétreas se apresentam como paradigma de aferição de constitucionalidade dos atos infraconstitucionais;
- (e) Não é cabível a declaração de inconstitucionalidade de lei editada em data anterior à Constituição de 1988, havendo, em caso de conflito entre as duas espécies normativas, a revogação da lei.

5. Qual, entre as opções abaixo, não apresenta um princípio de interpretação constitucional?

- (a) Princípio da unidade;
- (b) Princípio da concordância prática;
- (c) Princípio da moralidade;
- (d) Princípio da supremacia da Constituição;
- (e) Princípio da interpretação conforme à luz da Constituição.

6. Acerca da normatização da Administração Pública pela Carta Magna, é errado afirmar que:

- (a) São princípios constitucionais explícitos da Administração Pública a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade, e a eficiência;
- (b) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia bem como autorizada a criação de empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações;
- (c) Somente é possível a investidura em todo e qualquer cargo público, desde o advento da Constituição de 1988, após aprovação em concurso público;
- (d) É assegurado ao servidor público civil a livre associação sindical;
- (e) O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.

7. Qual das opções abaixo encontra-se incorreta acerca da Ordem Econômica na Constituição de 1988?

- (a) Soberania nacional, propriedade privada, e livre iniciativa são alguns dos princípios setoriais da Ordem Econômica na Constituição de 1988;
- (b) Ressalvados os casos previstos na Constituição, a exploração de atividade econômica direta pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos de segurança nacional ou a relevante interesse coletivo;
- (c) As empresas públicas e as sociedades de economia mista, à luz da jurisprudência do STF, quando em prestação de serviços públicos, não poderão gozar de benefícios fiscais não extensivos às sociedades empresárias privadas;
- (d) Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá as funções de fiscalização, incentivo e planejamento;
- (e) Incumbe ao Poder Público, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, a prestação de serviços públicos.

8. Acerca do processo legislativo, é incorreto afirmar que:

- (a) Compreende a elaboração de Emendas à Constituição, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Leis Delegadas, Medidas Provisórias, Decretos Legislativos e Resoluções;
- (b) Existe hierarquia formal entre as Emendas Constitucionais e as Leis Complementares;
- (c) O veto de projeto de Lei pela Chefia do Executivo poderá ser derrubado por maioria simples do Congresso.
- (d) Existe hierarquia formal entre as Leis Ordinárias e os Decretos Regulamentares expedidos com fundamento no art. 84, IV da Constituição;
- (e) São de iniciativa privativa da Chefia do Executivo as Leis que criem cargos ou aumentem a remuneração de cargos da Administração Direta.

9. Sobre os Estados da Federação, assinale a opção incorreta:

- (a) Possuem competência residual, reservadas aos mesmos as competências não atribuídas aos demais entes da Federação;
- (b) Poderão instituir, mediante Lei Complementar, regiões metropolitanas;
- (c) Caberá aos Estados, diretamente ou mediante concessão, a exploração do serviço de gás canalizado;
- (d) Possuem competência para legislar sobre direito tributário;
- (e) Não possuem competência para legislar sobre direito financeiro.

10. Não são atribuições da Presidência da República:

- (a) Nomeação de Ministros de Estado;
- (b) Sancionar ou vetar projetos de Lei;
- (c) Decretar e executar a intervenção federal;
- (d) Estabelecer Decretos para a regulamentação e fiel execução das leis;
- (e) Dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

DIREITO CIVIL

11. Considera-se bem imóvel para efeitos legais:

- (a) o direito à sucessão aberta;
- (b) a energia que tenha valor econômico;
- (c) o direito pessoal de caráter patrimonial;
- (d) o direito real sobre objeto móvel;
- (e) os semoventes.

12. É requisito de validade do negócio jurídico:

- (a) o acordo de vontades.
- (b) o encargo.
- (c) a cláusula resolutiva.
- (d) a celebração por escritura pública ou instrumento particular.
- (e) a licitude do objeto.

13. Nos termos do Código Civil brasileiro, é nulo o negócio jurídico:

- (a) celebrado em estado de perigo.
- (b) celebrado em fraude contra credores.
- (c) celebrado pelo representante em conflito de interesses com o representado.
- (d) quando não revestir a forma prescrita em lei.
- (e) celebrado verbalmente.

14. Constitui causa de interrupção da prescrição:

- (a) o casamento.
- (b) qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.
- (c) a incapacidade superveniente do devedor.
- (d) o serviço militar.
- (e) a aprovação no concurso para estágio na Procuradoria Geral do Estado.

15. A eficácia da cessão de crédito em relação ao devedor depende:

- (a) do consentimento expresso do devedor.
- (b) do registro da cessão no Registro de Títulos e Documentos.
- (c) da autorização prévia do Estado.
- (d) da notificação do devedor, considerando-se também notificado o devedor que, em instrumento público ou particular, declarou-se ciente da cessão feita.
- (e) do visto do advogado responsável pela cessão.

16. Sobre os contratos, é correto afirmar:

- (a) é vedada a celebração de contratos atípicos no direito brasileiro.
- (b) a doação é exemplo de negócio jurídico unilateral.
- (c) pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva.
- (d) a liberdade de contratar deve ser exercida em razão e nos limites da função social do contrato.
- (e) o descumprimento do contrato preliminar ou pré-contrato dá ensejo à responsabilidade pré-contratual.

17. Dentre as regras do Código Civil em tema de domicílio, assinale a afirmativa incorreta:

- (a) domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo;
- (b) se a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio seu qualquer delas;
- (c) é também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida;

- (d) se a pessoa exercitar profissão em lugares diversos, cada um deles constituirá domicílio para as relações que lhe corresponderem;
- (e) muda-se o domicílio, transferindo a residência, independente da intenção de o mudar.

18. A respeito da condição, pode-se afirmar que:

- (a) suspende o exercício, mas não a aquisição do direito;
- (b) quando resolutivas, tem-se por inexistentes;
- (c) subordina o efeito do negócio a evento futuro e incerto;
- (d) não suspende a aquisição nem o exercício do direito;
- (e) não é admitida no direito brasileiro.

19. O ato ilícito:

- (a) não pode gerar a reparação do dano exclusivamente moral;
- (b) depende de demonstração inequívoca da prática de ato doloso;
- (c) pressupõe a ocorrência de ilícito penal;
- (d) enseja a obrigação de reparar o dano sofrido por outrem;
- (e) insere-se no quadro dos atos jurídicos lícitos, que não sejam negócios jurídicos.

20. A solidariedade no direito das obrigações:

- (a) não se presume; resulta da lei ou da vontade das partes;
- (b) extingue-se, na modalidade ativa, quando da conversão da prestação em perdas e danos;
- (c) na modalidade passiva, permite que o credor possa exigir de cada devedor apenas e tão-somente a parte que lhe cabe na dívida comum;
- (d) é regra quando na mesma obrigação concorre mais de um devedor ou mais de um credor;
- (e) inspira-se na Revolução Francesa ao lado da liberdade e da igualdade.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21. No que diz respeito à fé pública é correto afirmar que:

- (a) O documento público lavrado pelo escrivão é prova dos fatos que ocorreram na sua presença;
- (b) É sempre dispensável a presença de duas testemunhas no momento da realização da diligência de arresto;
- (c) Torna sempre dispensável a menção, na certidão de intimação, do local da diligência;
- (d) Permite ao oficial de justiça, mesmo sem justo motivo, retardar a devolução do mandado após o seu cumprimento;
- (e) A presença de duas testemunhas é indispensável para que os fatos consignados pelo escrivão em certidão por ele lavrada possuam presunção de veracidade.

22. Um cidadão fluminense ajuíza demanda em face do Estado do Rio de Janeiro e de uma concessionária de serviço público estadual, pretendendo obter indenização por ato ilícito cometido por esta última. Formula, ainda, pedido de tutela antecipada, a fim de que os réus se abstenham de praticar novos atos ilícitos de mesma natureza, pleito que acaba por ser deferido pelo juízo de 1ª instância. Intimado dessa decisão, qual o prazo de que dispõe o Procurador do Estado responsável pelo processo para apresentar o recurso cabível?

- (a) 30;
- (b) 10;
- (c) 40;
- (d) 15;
- (e) 20.

23. São condições da ação no Processo Civil:

- (a) Partes, pedido e causa de pedir;
- (b) Partes legitimamente representadas, pedido juridicamente possível e causa de pedir;
- (c) Partes, juízo competente e demanda regularmente ajuizada;
- (d) Legitimidade das partes, interesse processual e possibilidade jurídica do pedido;
- (e) Partes legitimamente representadas, causa de pedir e pedido juridicamente possível.

24. Sobre o sistema de nulidades estabelecido no Código de Processo Civil é correto afirmar que:

- (a) Decretada a nulidade de um ato, ela não afeta os atos subsequentes que dele dependam;
- (b) O juiz, a fim de resguardar o procedimento, deve mandar repetir o ato nulo, mesmo quando não acarrete prejuízo à parte;
- (c) Quando cindido em partes independentes, a nulidade de uma parte do ato processual não prejudica a outra, desde que hígida;
- (d) Como regra, a nulidade deve ser decretada, ainda que sem prejuízo;
- (e) Havendo nulidade processual, é defeso ao juiz, em qualquer hipótese, decidir o mérito da causa.

25. No curso de demanda judicial movida em face do Estado do Rio de Janeiro, e na qual ainda não proferida sentença em 1ª instância, é editada lei processual que contém disposição mais benéfica ao réu no que diz respeito à prática de atos processuais. Sobre a aplicação desta lei é correto afirmar que:

- (a) A lei retroage ao início do processo, obrigando a repetição de todos os atos até então praticados;
- (b) A lei será aplicada ao processo que se encontra em curso, mas somente aos atos a serem praticados a partir da sua entrada em vigor;
- (c) A lei não será aplicada ao processo em virtude de o mesmo já estar em curso;
- (d) A lei retroage ao início do processo, obrigando a realização dos atos que forem expressamente requeridos pelo Estado do Rio de Janeiro;
- (e) A lei será aplicada ao processo em curso, mas somente na fase recursal.

26. Não é pressuposto processual de existência ou validade:

- (a) a capacidade postulatória;
- (b) a capacidade de estar em juízo;
- (c) a idoneidade das testemunhas;
- (d) a demanda regularmente formulada;
- (e) o órgão jurisdicional competente.

27. Sobre a competência, é correto afirmar que:

- (a) a incompetência relativa não pode sofrer prorrogação;
- (b) não é possível aos jurisdicionados elegerem foro competente para processamento de suas demandas;
- (c) a incompetência absoluta pode ser conhecida de ofício pelo juiz;
- (d) a incompetência absoluta deve ser arguida pelo réu por meio de exceção;
- (e) a incompetência relativa pode ser alegada pelo réu a qualquer tempo no processo.

28. Não é princípio ou característica da jurisdição no processo civil brasileiro:

- (a) a inércia;
- (b) a definitividade;
- (c) a inevitabilidade;
- (d) a indelegabilidade a outros Poderes;
- (e) a dualidade.

29. É competência do Superior Tribunal de Justiça:

- (a) processar e julgar a homologação de sentenças estrangeiras;
- (b) processar e julgar mandado de segurança em face de ato do presidente da República;
- (c) processar e julgar litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional de um lado, e a União ou Estado da federação, do outro;
- (d) processar e julgar as ações contra o Conselho Nacional de Justiça;
- (e) processar e julgar as causas e os conflitos entre a União e os Estados.

30. Sobre os princípios e garantias do direito processual, é correto afirmar que:

- (a) o princípio do contraditório impede que o juiz pratique qualquer ato processual sem que antes ouça ambas as partes;
- (b) a ampla defesa é garantia constitucional que permite a livre utilização de qualquer meio de prova, inclusive ilícito;
- (c) o princípio do juiz natural não impede a escolha pelas partes de um órgão jurisdicional específico para julgamento de uma demanda, ainda que, diante das normas processuais, existam diversos órgãos com competência para a causa;
- (d) a garantia da duração razoável do processo determina que o desenvolvimento do processo não tenha atrasos indevidos;
- (e) a garantia do acesso à justiça não impede que a lei imponha um litisconsórcio no pólo ativo de uma demanda.



24º EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS AO ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

PROVA DISCURSIVA

DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO CIVIL

ÁREA DE PREENCHIMENTO PELA COMISSÃO DE SELEÇÃO

Nota:

Nota por extenso: _____

RUBRICA(S) DO(S) EXAMINADOR(ES)

INSTRUÇÕES:

Use caneta de tinta azul ou preta indelével, de qualquer tipo, inclusive esferográfica.

NÃO É PERMITIDO O USO DE CORRETIVO DE QUALQUER ESPÉCIE (por exemplo: *corretivo*, borracha, fita corretiva etc.)

Preencha, de forma legível, os espaços existentes na parte inferior desta folha, na **ÁREA DE PREENCHIMENTO PELO CANDIDATO**. O preenchimento desta **ÁREA** tem como finalidade a desidentificação da prova e, após a correção, a sua identificação.

Deixe em branco os espaços constantes da **ÁREA DE PREENCHIMENTO PELA COMISSÃO DE SELEÇÃO E OS DE USO DA COMISSÃO ORGANIZADORA**.

O caderno de respostas contém, além da capa, duas folhas, sendo uma para cada resposta. Para cada resposta, utilize apenas as quinze linhas pautadas, não ultrapassando as margens definidas nas folhas impressas. Não serão corrigidas as respostas lançadas fora do espaço destinado. As respostas às questões de cada matéria deverão ser lançadas na folha de resposta respectiva. Não serão consideradas as respostas que sejam lançadas pelo candidato, por equívoco, na folha de respostas de outra matéria.

NÃO SERÃO FORNECIDAS FOLHAS SUPLEMENTARES.

NÃO ASSINE AS FOLHAS DE RESPOSTA, NEM AS RUBRIQUE OU NELAS FAÇA QUALQUER SINAL QUE POSSA IDENTIFICAR O CANDIDATO, SOB PENA DE ANULAÇÃO DA PROVA.

ÁREA DE PREENCHIMENTO PELO CANDIDATO

Nome _____ Inscrição nº _____
(Em letra de forma)

Assinatura usual _____ Data de Nascimento ____/____/____

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

24.º EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS
AO ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE ORGANIZAÇÃO
JUDICIÁRIA

O PROCURADOR-CHEFE DO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS, nos termos do artigo 16 do Regulamento do 24.º Exame de Seleção de Candidatos ao Estágio de Prática Forense e de Organização Judiciária, divulga aos interessados o gabarito da Prova Objetiva:

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1) D
- 2) D
- 3) D
- 4) D
- 5) C
- 6) C
- 7) C
- 8) C
- 9) E
- 10) E

DIREITO CIVIL

- 11) A
- 12) E
- 13) D
- 14) B
- 15) D
- 16) D
- 17) E
- 18) C
- 19) D
- 20) A

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 21) A
- 22) E
- 23) D
- 24) C
- 25) B
- 26) C
- 27) C
- 28) E
- 29) A
- 30) D

Os candidatos poderão interpor recurso contra o gabarito da Prova Objetiva no prazo de dois dias úteis, a contar da publicação do presente edital. Os recursos serão recebidos no Protocolo da Procuradoria Geral do Estado (Rua do Carmo, 27, Térreo, Centro, Rio de Janeiro), das 11 às 17 horas.

LEONARDO DE ANDRADE MATTIETTO
Procurador-Chefe do Centro de Estudos Jurídicos
da Procuradoria Geral do Estado